

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em Reais)

Senhores Acionistas, A Administração da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. – BMTE, apresenta e submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("BMTE" ou "Sociedade") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, 9º andar – Centro – RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase operacional. A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 011/2013 ("Leilão"). A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ("Projeto"). O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais. O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. A Receita Anual Permitida ("RAP") estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, estabeleceu em R\$ 563.032.749 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2017 a junho de 2018. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017. **1. Situação do Empreendimento.** **1.1 Meio Ambiente:** • Abertura do Processo de Licenciamento Ambiental – 11/02/2014; • Emissão da Licença Prévia (LP nº 506/2015) – 20/05/2015; • Emissão da Licença de Instalação (LI nº 1.080/2015) referente às Estações Conversoras Xingu e Estreito e aos Canteiros Principais, bem como, Autorização de Supressão de Vegetação (ASV nº 1.073/2015) da Estação Conversora Xingu – 05/10/2015; • Emissão da Licença de Instalação (LI nº 1.100/2015) e Autorização de Supressão de Vegetação (ASV nº 1.082/2015) referente a Linha de Transmissão 800 kV Xingu/Estreito, Estações Repetidoras de Telecomunicações, Canteiros Auxiliares e Acessos – 04/01/2016. • Emissão da 1ª Retificação da Licença de Instalação (LI nº 1.100/2015) referente à Linha de Transmissão 800 kV Xingu/Estreito, Estações Repetidoras de Telecomunicações, Canteiros Auxiliares e Acessos – 05/04/2016 (inserção de canteiros auxiliares adicionais). • Emissão da Licença de Instalação (LI nº 1.136/2016) e Autorização de Supressão de Vegetação (ASV nº 1.172/2016) referente a instalação dos Eletrodos de Terra de Xingu e de Estreito, bem como suas respectivas Linhas de Eletrodos – 17/11/2016. • Emissão da 2ª Retificação da Licença de Instalação (LI nº 1.100/2015) referente a Linha de Transmissão 800 kV Xingu/Estreito, Estações Repetidoras de Telecomunicações, Canteiros Auxiliares e Acessos – 23/12/2016 (inserção de canteiros auxiliares adicionais). • Emissão da 1ª Retificação da Licença de Instalação (LI nº 1.136/2016) referente à instalação dos Eletrodos de Terra de Xingu e de Estreito, bem como suas respectivas Linhas de Eletrodos – 23/12/2016 (inserção de canteiros auxiliares adicionais). • Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade a entrada em operação comercial.

2.2 Endividamentos: O quadro abaixo demonstra a posição de empréstimos bancários contratados pela sociedade:

Empréstimo curto prazo	31/12/2016	Liberação	Amortização Principal	Amortização Juros	Juros	Custos	31/12/2017
BNDES TJLP	382.930.757	-	(359.198.000)	(34.917.507)	11.184.750	-	0
BNDES SELIC	397.538.062	-	(359.198.000)	(54.632.806)	16.292.744	-	0
BNDES	-	1.646.094.457	-	-	108.605.625	-	1.754.700.082
CEF	-	861.299.233	-	-	62.711.294	-	924.010.527
PINE	52.053.590	-	(50.000.000)	(3.901.142)	1.847.552	-	(0)
Banco da China	25.762.307	-	(25.000.000)	(1.985.039)	1.222.732	-	-
ABC	76.822.598	-	(75.000.000)	(5.256.061)	3.433.463	-	0
CHINA	-	-	-	-	-	-	-
CONSTRUCTION BANK	387.509.145	-	(380.000.000)	(58.663.541)	51.154.396	-	-
ICBC	40.104.866	-	(40.000.000)	(1.676.790)	1.571.924	-	0
BANK OF AMERICA	-	230.000.000	(230.000.000)	(19.097.657)	19.097.657	-	0
(-) custos a amortizar	(4.843.714)	(64.347.536)	-	-	-	42.246.593	(26.944.656)
	1.357.877.612	2.673.046.154	(1.518.396.000)	(180.130.543)	277.122.137	42.246.593	2.651.765.953
							31/12/2017
							112.148.614
							2.539.617.339
							2.651.765.953
							1.357.877.612

Circulante

Não circulante

Debêntures. Em 12 de janeiro de 2015, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 1ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. O vencimento original das debêntures ocorreria ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de emissão. Foram emitidas 403 (quatrocentas e três) Debêntures no montante total de R\$ 403.000.000, sendo a primeira série composta

2.2 Regularização Fundiária:					
POSIÇÃO FUNDIÁRIA 31/12/2017					
Item	Atividade	Unidade	Executado 800 kV	Exe- cutado Eletrodos	Barra- mento Sedes Xingu O&M
1	Processos Indenizatórios Negociados	UN	2.713	166	-
2	Processos Indenizatórios Judicializados	UN	314	14	-
3	Processos Indenizatórios à Negociar	UN	0	0	-
4	Aquisições Negociadas	UN	6	2	5
5	Aquisições Judicializadas	UN	1	0	0
6	Aquisições à Negociar	UN	0	0	0

1.3 Linhas de Transmissão: A) A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão no montante total de R\$ 286.000.000. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previsto nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimento estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
SEPCO 1	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015
Siemens	Fornecimento de cabo OPGW	30/03/2015
Prysmian Draka Brasil	Fiscalização dos serviços de investigação geotécnica	15/04/2015
Sistema Pri	Fornecimento de cabo condutor	26/06/2015
Alubar Metais e Cabos		
Em R\$		
2018		
286.000.000		
286.000.000		

B) Contratos de engenharia do projeto. Os contratos de projeto básico das linhas e das linhas de eletrodos foram assinados e os serviços executados. C) Execução dos serviços em campo. Em todos os trechos foram efetuados serviços de topografia e levantamento cadastral de propriedades em execução desde outubro de 2014. Esses serviços foram adiados em relação a assinatura dos contratos por meio de uma ordem de compra específica. Todos os trechos já foram concluídos e a linha de transmissão encontra-se em operação. D) Contrato turn-key das conversoras. O contrato com a Siemens foi assinado dia 11 de fevereiro de 2015. As partes firmaram Termo de Compromisso em 21 de novembro de 2014 que permitiu a Siemens avançar em ações necessárias à implantação do projeto.

2.2 Desempenho Econômico-Financeiro. 2.1 Investimentos:					
Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016	
Itaú (a)	20% CDI	Vinculada	84.948	42.379	
BTG Pactual	101,0% CDI	26/06/2017	-	9.831.867	
BTG Pactual	101,0% CDI	29/06/2017	-	1.100.000	
Pine	101,0% CDI	20/02/2018	15.594.992	16.180.384	
ABC	100% CDI	21/06/2017	-	10.252.668	
HAITONG	95% CDI	18/03/2025	9.248.486	-	
CCB	100% CDI	12/09/2018	50.363.637	-	
			75.292.063	37.407.298	

por 203 (duzentas e três) debêntures com vencimento em 26 de junho de 2016 e atualização pelo CDI acrescido de juros remuneratório de 1,50% e a segunda série composta por 200 (duzentas) debêntures com vencimento em 26 de junho de 2016 e atualização pelo CDI acrescido de juros remuneratório de 2,00%. Em 24 de junho de 2016 foi assinado 1º aditamento ao instrumento alterando a data de vencimento das debêntures de 26 de junho de 2016 para 26 de dezembro de 2016 e os juros remuneratórios da 1ª série de 1,50% para 2,30% e da 2ª série de 2,00% para 2,50%. Em 17 de agosto de 2016 foi assinado 2º aditamento ao instrumento, porém, não alterando nenhuma cláusula financeira e/ou comercial que venha a impactar a dívida. Em 21 de dezembro de 2016 foi assinado 3º aditamento ao instrumento alterando a data de vencimento das debêntures de 26 de dezembro de 2016 para 26 de abril de 2017. O mesmo foi liquidado na data 24 de abril de 2017 após a liberação do empréstimo de longo prazo pelo BNDES. Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 2ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,1335% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031. Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e CEF, o instrumento da 2ª emissão de debenture também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF. Os acionistas são fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletrobrás	24,5%
Furnas	24,5%

2.3 Composição Acionária e Capital Social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000 (R\$ 2.531.000.000 em 31 de dezembro de 2016), representado por 3.011.000.000 (2.531.000.000 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2017	31/12/2016
State Grid Brazil Holding S.A. (51% de participação)	1.535.610.000	1.290.810.000
Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5% de participação)	737.695.000	620.095.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte (24,5% de participação)	737.695.000	620.095.000
Total	3.011.000.000	2.531.000.000

Segue abaixo as deliberações de subscrição e integralização de capital ocorridas no exercício.

Data do CA	Evento	Capital integralizado	
		Capital subscrito	Valor Data
09/12/2016	Aumento de capital	-	(36.995.000) 04/01/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(77.010.000) 05/01/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(36.995.000) 23/01/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(61.200.000) 23/02/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(10.000.000) 24/02/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(24.400.000) 20/03/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(44.000.000) 13/04/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(19.600.000) 27/04/2017
09/12/2016	Aumento de capital	-	(40.800.000) 27/04/2017
15/06/2017	Aumento de capital	170.000.000	(67.641.304) 14/06/2017
15/06/2017	Aumento de capital	-	(102.358.696) 21/06/2017
04/08/2017	Aumento de capital	130.000.000	(30.000.000) 11/09/2017
04/08/2017	Aumento de capital	-	(100.000.000) 21/09/2017
19/09/2017	Aumento de capital	39.000.000	(39.000.000) 11/10/2017
31/10/2017	Aumento de capital	91.000.000	(91.000.000) 07/11/2017
07/12/2017	Aumento de capital	-	50.000.000 -
		480.000.000	(781.000.000)

Gestão: Define as práticas e as regras de gestão relevantes para a Belo Monte Transmissora de Energia, permitindo maior sinergia, assertividade e êxito nas diversas atividades realizadas, além de refletir o nível de maturidade dos seus colaboradores. É composto por um conjunto de Sistemas de Gestão, que reúne práticas alinhadas com os objetivos estratégicos e articuladas pelo Sistema de Reuniões e acompanhamento constantes quanto ao bom funcionamento do empreendimento e a qualidade de seus equipamentos. **Agradecimentos.** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Sociedade. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Sociedade. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2018.

Chang Zhongjiao - Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2017 e 2016 (Em Reais)				Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)			
Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa		403.619	9.438	Receita operacional líquida	21	2.236.720.404	3.252.619.445	Fluxo de caixa das atividades operacionais		31/12/2017	31/12/2016
Títulos e valores mobiliários	8	75.292.063	37.407.298	Custo de construção	22	(1.621.201.056)	(3.002.645.233)	Lucro líquido do exercício		67.959.674	21.176.631
Concessionárias e permissionárias	9	36.703.874	-	Lucro bruto	21	615.519.348	249.974.212	Ajustes por:			
Impostos a recuperar	10	5.589.424	8.279.022	Despesas operacionais				Depreciação		167.419	156.440
Ativo financeiro	11	540.295.531	-	Pessoal	23	(7.446.557)	(5.672.601)	Remuneração sobre o ativo financeiro		(616.912.829)	(249.974.212)
Adiantamentos		137.925	73.987	Material		(261.973)	(38.315)	Juros empréstimos, debentures e amortização dos custos		257.639.717	134.153.062
Despesas antecipadas		2.606.920	714.855	Serviços de terceiros	24	(5.934.478)	(2.064.092)	Impostos diferidos		198.322.038	85.005.858
Outros ativos		685.673	116.201	Arrendamentos e alugueis		(1.381.513)	(1.195.908)	Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Total do ativo circulante		661.715.029	46.600.801	Seguros		(251.504)	(47.843)	Concessionárias e permissionárias e ativo financeiro		(3.091.156)	(4.592.286)
Ativo financeiro	11	5.959.554.786	4.295.349.150	Tributos e taxas		(29.178)	(26.044)	Impostos a recuperar		2.689.598	(4.592.286)
Imobilizado		4.924.117	1.869.353	Despesas administrativas			(583)	Adiantamentos		(63.938)	4.055
Intangível		385.220	380.940	Depreciação		(167.419)	(156.440)	Despesas antecipadas		(1.892.065)	425.606
Total do ativo não circulante		5.964.864.123	4.297.599.443	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		600.046.726	240.772.386	Outros ativos		(569.472)	(116.201)
Total do ativo		6.626.579.152	4.344.200.244	Resultado financeiro				Fornecedores		(11.947.287)	1.923.000
Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Lucro antes dos impostos				Salários e encargos sociais		(1.192.437)	11.148
Fornecedores	12	71.120.083	292.604.135	Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(198.322.038)	(85.005.858)	Impostos a recolher		2.379.308	5.412.135
Salários e encargos sociais	13	4.488.303	5.680.740	Lucro líquido do exercício		67.959.674	21.176.632	Encargos setoriais		1.431.282	-
Impostos a recolher	14	9.003.814	6.624.506	Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)				Outras contas a pagar		-	(715.000)
Encargos Setoriais	15	1.431.282	-	Lucro líquido do exercício		67.959.674	21.176.632	Pagamento juros - empréstimos		(180.130.543)	-
Empréstimos e financiamentos	15	112.148.614	1.357.877.612	Outros resultados abrangentes				Pagamento juros - debentures		(19.073.277)	(123.938.897)
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	470.491	Total do resultado abrangente do exercício		67.959.674	21.176.632	Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais			

ções financeiras. **6.1 Títulos e valores mobiliários.** Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. **6.2 Ativo financeiro.** De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias, independentemente, do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo no momento inicial e subsequentemente mensurado ao custo amortizado apurado pela taxa efetiva de remuneração. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro. **6.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros.** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **6.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes.** Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **6.5 Dividendos.** Conforme estatuto social, a distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido ajustado, é condicionada a prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo. **6.6 Receita e custo de construção.** A Sociedade é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) e reconhece o desenvolvimento da infraestrutura da concessão (construção) de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. **6.7 Receita de remuneração do ativo financeiro.** Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento. **6.8 Receita de juros sobre aplicações financeiras.** A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **6.9 Despesas de juros de empréstimos e debêntures.** As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **6.10 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. **6.10.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.10.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.** Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos. **6.11 Instrumentos financeiros.** A Sociedade classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. **6.11.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.** A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **6.11.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração.** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis.** São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **6.11.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração.** Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas.** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Sociedade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros.** O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requisitos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **(i) Classificação - Ativos Financeiros.** O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. **(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais.** De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Sociedade optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. **(iii) Classificação - Passivos Financeiros.** O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e - o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Sociedade não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Sociedade não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. **(iv) Divulgações.** A IFRS 9 exigirá extensas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Sociedade está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. **(v) Transição.** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: • A Sociedade irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros

resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. • As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR. - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA. **b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes).** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. **(i) Receita de operação e manutenção.** Corresponde a um percentual do faturamento da Receita Anual Permitida, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, que visam evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Sociedade reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Sociedade não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. **(ii) Remuneração do ativo financeiro.** Corresponde a receita de juros que é reconhecida pela taxa efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. A remuneração do ativo financeiro também é parte da RAP. Com base em sua avaliação, a Sociedade não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. **(iii) Receita de construção.** Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Sociedade contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A receita de construção também é parte da RAP e a margem adotada é estabelecida como sendo igual a zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor. Com base em sua avaliação, a Sociedade não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. **(iv) Transição.** A Sociedade planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, o Grupo não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado. A Sociedade planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. **c. IFRS 16 Leases (Arrendamentos).** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Sociedade concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da sociedade em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Sociedade nessa data, a avaliação da Sociedade se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Sociedade optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Sociedade reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para suas atividades operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Sociedade espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com as cláusulas contratuais (covenants). **(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento.** Na transição para a IFRS 16, a Sociedade pode optar por: • Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou • Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento. A Sociedade planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4. **(ii) Transição.** Como arrendatário, a Sociedade pode aplicar a norma utilizando uma: • Abordagem retrospectiva; ou • Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Sociedade pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Sociedade está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes.

dientes práticos. A Sociedade não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **d. Outras alterações.** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade. • Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. • IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Itaú (a)	20% CDI	Vinculada	84.948	42.379
BTG Pactual	101,0% CDI	26/06/2017	-	9.831.867
BTG Pactual	101,0% CDI	29/06/2017	-	1.100.000
Pine	101,0% CDI	20/02/2018	15.594.992	16.180.384
ABC	100% CDI	21/06/2017	-	10.252.668
HAITONG	95% CDI	18/03/2025	9.248.486	-
CCB	100% CDI	12/09/2018	50.363.637	-
			75.292.063	37.407.298

Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre as taxas de 95% e 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) conforme vencimentos descritos acima. (a) O capital mantido em conta-corrente é automaticamente aplicado pelo banco em títulos CDB.

9 Concessionárias e permissionárias. Conforme descrito na nota explicativa 1.1, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP no mês de dezembro de 2017. Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente. A Administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Sociedade, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário, relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

10 Impostos a recuperar	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	2.819.140	7.308.372
IRRF a recuperar	2.447.192	742.441
Outros	323.092	228.209
	5.589.424	8.279.022

11 Ativo financeiro	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017	31/12/2016
Ativo financeiro	4.295.349.150	1.621.201.056	616.912.829	(33.612.718)	6.499.850.317
Circulante	-	-	-	-	540.295.531
Não circulante	4.295.349.150	-	-	-	5.959.554.786

12 Fornecedores	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017	31/12/2016
Ativo financeiro	1.042.729.705	3.002.645.233	249.974.212	-	4.295.349.150
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	1.042.729.705	-	-	-	4.295.349.150

13 Salários e encargos sociais	31/12/2017	31/12/2016
Salários e ordenados	61.203	81.084
Bônus e gratificações	1.969.319	3.500.594
FGTS a recolher	79.598	121.899
Contribuição Sindical	1.462	-
INSS a recolher	459.280	295.010
Imposto de renda retido na fonte a recolher	334.857	344.354
Férias e 13º salário	1.156.860	977.923
Encargos sobre férias e 13º salário	425.724	359.876
	4.488.303	5.680.740

14 Impostos a recolher	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda retido na fonte	1.467.568	123.761
Contribuição social	68.953	77.985
Pis/Confins/CSLL	148.631	187.665
Pis e Confins sobre receitas financeiras	3.386.445	88.178
ICMS	-	45.184
INSS retido a recolher	2.070.484	3.498.613
ISS	1.861.733	2.603.120
	9.003.814	6.624.506

15 Empréstimos e financiamentos	31/12/2016	Liberação	Amortização do principal	Amortização do juros	Juros	Custos	31/12/2017
BNDES T.JLP (a)	382.930.757	-	(359.198.000)	(34.917.507)	11.184.750	-	-
BNDES SELIC (a)	397.538.062	-	(359.198.000)	(54.632.806)	16.292.744	-	-
BNDES (b)	-	1.646.094.457	-	-	108.605.625	-	1.754.700.082
CEF (b)	-	861.299.233	-	-	62.711.294	-	924.010.527
PINE	52.053.590	-	(50.000.000)	(3.901.142)	1.847.552	-	-
Banco da China	25.762.307	-	(25.000.000)	(1.985.039)	1.222.732	-	-
ABC	76.822.598	-	(75.000.000)	(5.256.061)	3.433.463	-	-
CHINA CONSTRUCTION BANK	387.509.145	-	(380.000.000)	(58.663.541)	51.154.396	-	-
ICBC	40.104.866	-	(40.000.000)	(1.676.790)	1.571.924	-	-
BANK OF AMERICA	-	230.000.000	(230.000.000)	(19.097.657)	19.097.657	-	-
(-) custos a amortizar	(4.843.713)	(64.347.536)	-	-	-	-	-
	1.357.877.612	2.673.046.154	(1.518.396.000)	(180.130.543)	277.122.137	42.246.593	2.651.765.953
							31/12/2017
							112.148.614
							2.539.617.339
							2.651.765.953
							1.357.877.612

Circulante
Não circulante

(a) Refere-se ao empréstimo ponte junto ao BNDES. (b) Refere-se ao empréstimo definitivo de longo prazo junto ao BNDES. As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor contratado	Valor Liberado	Vencimento	Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Liquidado
BNDES Ponte - Sub "A"	26/01/2016	359.198.000	359.198.000	17/04/2017	TJLP	2,50%	Prestação única	Prestação única	17/04/2017
BNDES Ponte - Sub "B"	26/01/2016	359.198.000	359.198.000	17/04/2017	SELIC	2,18%	Prestação única	Prestação única	17/04/2017
BNDES - Sub "A"(a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.369.851.643	15/09/2018	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	-	15/09/2018	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/09/2018	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	-	15/01/2020	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasso - Sub "A" (a)	17/03/2017	748.225.000	716.758.894	15/09/2018	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasso - Sub "B" (a)	17/03/2017	16.543.000	-	15/09/2018	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasso - Sub "C" (a)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/09/2018	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
PINE - Sub "A"	21/10/2016	25.000.000	25.000.000	15/05/2017	CDI	4,20%	Prestação única	Prestação única	24/04/2017
PINE - Sub "B"	16/11/2016	25.000.000	25.000.000	24/04/2017	CDI	4,20%	Prestação única	Prestação única	24/04/2017
Banco da China Brasil S.A.	25/10/2016	25.000.000	25.000.000	24/04/2017	CDI	3,50%	Prestação única	Prestação única	24/04/2017
Banco ABC Brasil S.A.	04/11/2016	75.000.000	75.000.000	03/05/2017	CDI	2,50%	Prestação única	Prestação única	24/04/2017
China Construction Bank	17/11/2016	380.000.000	380.000.000	20/12/2017	CDI	4,00%	Prestação única	Prestação única	12/12/2017
ICBC do Brasil	26/12/2016	40.000.000	40.000.000	23/06/2017	CDI	3,50%	Prestação única	Prestação única	24/04/2017
Bank of America - Sub "A"	24/01/2017	90.000.000	90.000.000	24/04/2017	CDI	3,00%	Prestação única	Prestação única	24/04/2017
Bank of America - Sub "B"	24/01/2017	140.000.000	140.000.000	29/12/2017	CDI	3,30%	Prestação única	Prestação única	12/12/2017

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se: (b) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%. (c) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização. Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

16 Debêntures	31/12/2016	Liberação	Amortização do principal	Amortização do juros	Juros	Custos	31/12/2017
---------------	------------	-----------	--------------------------	----------------------	-------	--------	------------

	31/12/2017	31/12/2016
com preço de emissão de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:		
State Grid Brazil Holding S.A. (51% de participação)	1.535.610.000	1.290.810.000
Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5% de participação)	737.695.000	620.095.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte (24,5% de participação)	737.695.000	620.095.000
	<u>3.011.000.000</u>	<u>2.531.000.000</u>

Segue abaixo as deliberações de subscrição e integralização de capital ocorridas no exercício.

Data do CA	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor	Data
09/12/2016	Aumento de capital	-	(36.995.000)	04/01/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(77.010.000)	05/01/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(36.995.000)	23/01/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(61.200.000)	23/02/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(10.000.000)	24/02/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(24.400.000)	20/03/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(44.000.000)	13/04/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(19.600.000)	27/04/2017	
09/12/2016	Aumento de capital	-	(40.800.000)	27/04/2017	
15/06/2017	Aumento de capital	170.000.000	(67.641.304)	14/06/2017	
15/06/2017	Aumento de capital	-	(102.358.696)	21/06/2017	
04/08/2017	Aumento de capital	130.000.000	(30.000.000)	11/09/2017	
04/08/2017	Aumento de capital	-	(100.000.000)	21/09/2017	
19/09/2017	Aumento de capital	39.000.000	(39.000.000)	11/10/2017	
31/10/2017	Aumento de capital	91.000.000	(91.000.000)	07/11/2017	
07/12/2017	Aumento de capital	50.000.000	-	-	
		<u>480.000.000</u>	<u>(781.000.000)</u>		

b. Reserva legal. A reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	67.959.674	21.176.631
Prejuízo acumulado	-	(17.628.513)
Base de cálculo para reserva legal	67.959.674	3.548.118
Reserva Legal (5%)	3.397.983	177.406
Base de cálculo para dividendos	64.561.691	3.370.712
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	16.140.423	1.685.356
Dividendos adicionais propostos	48.421.268	1.685.356

Em adição a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, os dividendos adicionais propostos são condicionados à prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo, conforme estatuto social da Sociedade.

d. Reserva de lucros. Em ata de Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 os acionistas aprovaram a retenção do lucro do exercício de 2016 para a reserva de lucros. Os dividendos mínimos obrigatórios e os dividendos adicionais propostos foram reclassificados para a conta reserva de lucros.

	31/12/2017	31/12/2016
21 Receita operacional líquida		
Receita de construção	1.621.201.056	3.002.645.233
Receita de remuneração do ativo financeiro	616.912.829	249.974.212
Receita de O&M	2.414.567	-
Receita de CCI	955.758	-
(-) PIS/COFINS	(3.332.524)	-
(-) Taxas ANEEL (P&D, RGR e TFSEE)	(1.431.282)	-
	<u>2.236.720.404</u>	<u>3.252.619.445</u>

22 Custo de construção. Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura a serem utilizados na atividade fim de prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. Durante o período da obra, o custo de construção é reconhecido como ativo financeiro e não gera margem de lucros por não representar a atividade fim da Sociedade, portanto a receita e o custo de construção são equivalentes. Segue composição do custo de construção no exercício:

	31/12/2017	31/12/2016
Gestão ambiental	(5.501.559)	(10.879.960)
Engenharia	(40.343.516)	(34.439.355)
Sondagens, terraplanagem e topografia	(177.983)	(722.058)
Edificações obra civil e benfeitorias	(837.072.416)	(741.376.286)
Máquinas e equipamentos (d)	(733.344.600)	(2.086.740.843)
Pessoal	(15.961.829)	(14.930.472)
Materiais	(920.114)	(212.841)
Serviços de terceiros (a)	(20.403.925)	(20.745.263)
Despesas (receitas) financeiras (b)	2.217.767	(100.316.462)
Arrendamentos e aluguéis	(4.257.917)	(2.278.457)
Seguros	(425.284)	(465.066)
Tributos e taxas	(12.397.620)	(78.585.885)
Doações, contribuições e subvenções	(2.467.830)	(77.672)
Indenizações nas servidões	(88.941)	-
Desenvolvimento de projetos	54.859	(80.000)
Adiantamento a fornecedores (c)	83.763.151	146.122.523
Servidões	(25.994.291)	(35.696.557)
Depósitos judiciais	(7.879.008)	(21.220.599)
	<u>(1.621.201.056)</u>	<u>(3.002.645.233)</u>

(a) Refere-se principalmente à estudos e projetos realizados para a contratação da linha de transmissão. (b) Refere-se principalmente à variações cambiais do contrato em moeda estrangeira (Euro/dólar) com a Siemens/Phelps/Alubar para compra de transformadores, matérias e serviços. (c) Refere-se aos adiantamentos para os prestadores de serviços conforme contratos EPC (Engenharia, projetos e construção). (d) Refere-se ao recebimento dos transformadores e outros materiais importados/entregues pela Siemens/Brametal/ Sae Towers/Phelos a Sociedade.

	31/12/2017	31/12/2016
23 Despesas de pessoal		
Empregados	(1.363.645)	(1.275.245)
Férias e 13º salário	(596.975)	(424.934)
Bônus e gratificações	(97.677)	(565.552)
Remuneração do pessoal-chave da administração	(2.669.754)	(1.423.559)
INSS	(1.197.563)	(1.027.872)
FGTS	(250.913)	(219.687)
Assistência médica	(606.753)	(374.767)
Alimentação	(274.448)	(195.244)
Vale transporte	(3.649)	(13.560)
Seguro de vida em grupo	(155.586)	(121.955)
Custos rescisórios	(14.789)	-
Outros	(214.805)	(30.226)
	<u>(7.446.557)</u>	<u>(5.672.601)</u>

	31/12/2017	31/12/2016
24 Serviços de terceiros		
Comunicações	(98.981)	(146.296)
Passagens aéreas	(317.663)	(162.274)
Consultores técnicos (a)	(946.149)	(51.129)
Assessoria jurídica (a)	(1.014.442)	(155.849)
Auditoria e contadores	(293.517)	(304.466)
Despachante	-	(97.909)
Publicações	(240.651)	(81.274)
Hospedagem	(107.107)	(45.026)
Eventos	(1.564.855)	(48.599)
Cartório	(526.118)	(29.070)
Despesas de viagem	(380)	(28.679)
Serviços diversos	(61.294)	(400.966)
Energia Elétrica	(129.689)	(261.752)
Outros	(633.632)	(250.803)
	<u>(5.934.478)</u>	<u>(2.064.092)</u>

(a) Refere-se a serviços de consultoria e assessoria para a emissão das debêntures. (b) Refere-se a despesas referente ao evento realizado para a entrega da obra.

	31/12/2017	31/12/2016
25 Resultado financeiro		
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira	11.634.004	25.722.477
Outras receitas financeiras	2.077.756	2.268.480
	<u>13.711.760</u>	<u>27.990.957</u>
Despesa financeira		
Debêntures - juros	(21.223.735)	(67.713.370)
Debêntures - amortização custos captação	(3.232.208)	(4.951.471)

	2018	2019	2020	2021	Após 2022	Total
BNDES	111.537.446	111.537.446	111.537.446	111.537.446	1.208.941.989	1.655.091.773
CEF	59.608.612	59.608.612	59.608.612	59.608.612	646.091.118	884.525.566
2ª Emissão - 1ª série	39.643.312	39.643.312	39.643.312	39.643.312	402.709.982	561.283.230
	<u>210.789.370</u>	<u>210.789.370</u>	<u>210.789.370</u>	<u>210.789.370</u>	<u>2.257.743.089</u>	<u>3.100.900.569</u>

26.2 Avaliação dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **Hierarquia do valor justo.** Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **27 Compromissos.** A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 286.000.000. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
SEPSCO 1	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPSCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPSCO 1	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
Siemens	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015

Empréstimos - juros	(277.122.137)	(74.325.327)
Empréstimos - amortização custos captação	(42.246.593)	(5.635.916)
IOF - empréstimos	(302.942)	(7.612.591)
Juros e multas	(755.015)	(231.739)
IOF	-	(248.566)
Tarifas bancárias	(63.255)	(47.991)
Taxas financeiras	(2.530.889)	(1.813.882)
	<u>(347.476.774)</u>	<u>(162.580.853)</u>

26 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos. 26.1 Gestão de risco. As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas. **a. Riscos de mercado.** A utilização de instrumento financeiro derivativo da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2016 contratos de derivativos para se proteger contra os riscos das moedas euro e do dólar provenientes de certos contratos com fornecedores de construção. Em 31 de dezembro de 2015, a empresa não tinha posição aberta de instrumentos derivados. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos ambientais.** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. **c. Riscos de liquidez.** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver. Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos e debêntures está detalhado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	2.236.720.404	3.252.619.445
Despesas de construção	(1.621.201.056)	(3.002.645.233)
Despesas de remuneração do ativo financeiro	(616.912.829)	(249.974.212)
Despesas de O&M	(2.414.567)	-
Despesas de CCI	(955.758)	-
(-) PIS/COFINS	(3.332.524)	-
(-) Taxas ANEEL (P&D, RGR e TFSEE)	(1.431.282)	-
	<u>2.236.720.404</u>	<u>3.252.619.445</u>

28 Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros para a Sociedade com vencimento em 13 de julho de 2018 era composta por garantia de indenização, até o valor fixado de R\$250.000.000, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador, referente às obrigações assumidas no Contrato de Concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 11/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado da Linha de Transmissão - Lote AB. Os acionistas serão fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

	Responsabilidade Máxima
Prysmian Draka Brasil	Fornecimento de cabo OPGW
	Fiscalização dos serviços de investigação
Sistema Pri	geotécnica
Alubar Metais e Cabos	Fornecimento de cabo condutor
	Cronograma de vencimentos:
	Em R\$ mil
	2018
	286.000.000

Adicionalmente, em função do início da fase de operação e manutenção do empreendimento, em 31 de dezembro de 2017 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 60.000.000 contra danos materiais, R\$ 252.000.000 para lucros cessantes e R\$ 10.000.000 contra danos à terceiros.

Chang Zhongjiao - Presidente
Zhang Ran - Diretora Financeira
Newton Jordão Zerbini - Diretor de Meio Ambiente
Armando Ribeiro de Araújo - Diretor Técnico
Simone Cortez Gomes Novello - Contadora - CRC-RJ 095172/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro

Veja a Nota 6.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Sociedade possui registrado ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 referente a investimentos realizados oriundos da concessão de transmissão de energia elétrica, por se caracterizar como um direito de receber caixa ou outro ativo financeiro dos usuários da rede básica, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão. A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Sociedade na definição da taxa efetiva de remuneração do mesmo, ao apurar a taxa interna de retorno do empreendimento alocando as estimativas de receitas e gastos entre:

(i) gastos com a infraestrutura de operação, aumento de capacidade e melhorias, sujeitos a revisão do regulador quando das revisões tarifárias; (ii) parcela de indenização a ser recebida com base no valor residual da infraestrutura ao final da concessão, sujeita à determinação do poder concedente; (iii) reajuste da Receita Anual Permitida em cada ciclo; e (iv) despesas de manutenção e operação. Após início das operações, a Sociedade atualiza a cada período de reporte o seu ativo financeiro em função dos elementos acima citados e aloca os recebimentos da Receita Anual Permitida - RAP entre reembolso do ativo financeiro e receita de operação e manutenção.

Devido ao elevado grau de subjetividade envolvido no processo de mensuração desse ativo financeiro, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera e, considerando que qualquer alteração dos julgamentos exercidos pode impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre remuneração e baixa do ativo financeiro e do resultado da operação e manutenção. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também análise do cálculo da remuneração do ativo financeiro e confronto dos avisos de crédito emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e dos recebimentos com os registros contábeis, para as parcelas realizadas, além da análise da aplicação de aspectos do contrato de concessão que impactam a mensuração do ativo financeiro, tais como a receita anual permitida e o tempo da concessão. Com base em amostragem, para os gastos ocorridos durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores entre recebimentos do ativo financeiro e gastos com manutenção no resultado do exercício. Adicionalmente, analisamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização nos controles da infraestrutura determinados pelo regulador, que afeta o valor residual da infraestrutura a ser reembolsado. Avaliamos a razoabilidade das divulgações correlatas efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração e a divulgação do ativo financeiro no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do ativo financeiro, os quais não foram registrados pela administração por terem sido considerados imateriais.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações